

ANEXO I – Espelho de Prova

0,8 ponto cada.

- 1) Sobre a Constituição Brasileira de 1988, pode-se afirmar que:
 - a) É uma constituição escrita na sua forma, democrática na sua origem e flexível no seu modo de alteração;
 - b) Reúne tanto normas constitucionais em sentido formal – como aquelas que estruturam o estado e exercício do poder – quanto em sentido material – estabelecendo direitos econômicos, sociais e culturais;
 - c) É considerada uma norma rígida, contendo mecanismos e solenidades específicos para a alteração de seu conteúdo, se comparáveis com as alterações legislativas ordinárias;
 - d) Os direitos e garantias do cidadão estabelecidos no art. 5º podem ser alterados por emenda constitucional;
 - e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

- 2) Sobre as normas referentes ao controle de constitucionalidade, não se pode afirmar que:
 - a) Exista a inconstitucionalidade por omissão, assim entendida como aquela decorrente da ausência de prática de atos legislativos ou administrativos requeridos para efetivar a aplicação de normas constitucionais;
 - b) O controle de constitucionalidade no Brasil adota o sistema jurisdicional, assim entendido como aquele que outorga ao Poder Judiciário – e não a órgãos políticos – o poder de declarar a inconstitucionalidade de leis e atos que contrariem a constituição;
 - c) A decisão final de procedência proferida pelo Supremo Tribunal Federal em uma ação direta de inconstitucionalidade invalida a lei ou ato impugnado, em regra com retroação de efeitos à data de sua edição (*ex-tunc*), ressalvada a modulação de efeitos em sentido diverso pelo próprio Tribunal;
 - d) O cidadão tem competência para propor ação direta de inconstitucionalidade ao STF;
 - e) As emendas constitucionais estão sujeitas a controle de constitucionalidade.

- 3) Sobre o processo legislativo, pode-se afirmar que:
 - a) O Presidente da República pode editar medidas provisórias, com efeito de lei, sobre quaisquer matérias sujeitas à regulação por meio de lei;
 - b) Há matérias cujo processo legislativo é de iniciativa privativa do Presidente da República, como aquelas que tratam de criação de cargos, funções e empregos públicos federais;
 - c) Em caso de veto total ou parcial de projeto de lei pelo Presidente da República e deliberação do Congresso Nacional pela rejeição desse veto, prevalece a posição do Chefe do Poder Executivo;

- d) O Congresso Nacional compreende o Senado Federal, composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, e a Câmara dos Deputados, composto de representantes do povo eleitos nos Estados e no Distrito Federal;
 - e) A Constituição Federal poderá ser emendada em tempo de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.
- 4) Sobre os direitos e garantias fundamentais, pode-se afirmar:
- a) A expressão de atividade intelectual ou artística depende de prévia licença do Poder Público;
 - b) A inviolabilidade do sigilo de correspondência e comunicações telegráficas, de dados e telefônicas não constitui direito fundamental absoluto, sendo admitida a flexibilização por ordem judicial excepcional, a exemplo dos casos de investigação criminal;
 - c) O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são direitos relativamente invioláveis dos cidadãos, podendo ser modificados por emenda constitucional;
 - d) Vigora o princípio da irretroatividade das leis, inclusive em matéria penal;
 - e) A aplicação das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais depende da edição de lei específica.
- 5) Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa errada:
- a) Apesar da separação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Poder Judiciário realiza tanto funções jurisdicionais como administrativas, a exemplo da gestão administrativa e orçamentária de suas unidades;
 - b) Ao Supremo Tribunal Federal compete processar e julgar, originariamente, as ações de controle concentrado de constitucionalidade;
 - c) Aos Tribunais Regionais Federais compete julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais;
 - d) À Justiça do Trabalho compete julgar as ações oriundas da relação de trabalho, tanto celetistas quanto estatutárias, a exemplo das ações judiciais envolvendo servidores públicos federais;
 - e) Cada Estado possui um Tribunal de Justiça como órgão máximo da Justiça Estadual, enquanto a Justiça Federal é regionalizada, possuindo cinco Tribunais Regionais Federais, sediados em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife.
- 6) Sobre os princípios e diretrizes da Administração Pública, assinale a alternativa errada:
- a) O princípio da legalidade e o princípio da supremacia do interesse público constituem o núcleo principiológico essencial da atuação da Administração Pública;
 - b) O princípio da impessoalidade não é absoluto, admitindo relativização em algumas hipóteses, a exemplo da designação de pessoas para ocupar cargos de direção e assessoramento na Administração Pública Federal;

- c) O Direito Administrativo brasileiro é regulado em leis e normas esparsas, não havendo a consolidação de suas regras gerais em um instrumento codificado, como o Código Penal ou o Código Civil;
- d) O desvio de poder e o desvio de finalidade são vícios do ato administrativo resultantes da deturpação da intenção subjetiva do agente administrativo, objetivando finalidade diversa daquela declarada para prática do ato;
- e) Um ato administrativo viciado pode ser nulo, quando admissível a sua convalidação pelo agente, ou anulável, quando inadmissível tal saneamento.

7) Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais, pode-se afirmar:

- a) As principais normas que regem o regime jurídico único dos servidores públicos federais estão consolidadas na Lei n. 8.666/93;
- b) O ingresso em cargo efetivo no serviço público federal deve dar-se necessariamente por meio de concurso de provas e títulos;
- c) O regime previdenciário do servidor estatutário é o Regime Geral da Previdência Social – RGPS;
- d) Os vencimentos dos servidores públicos federais são fixados em lei;
- e) O servidor público federal que praticar infração disciplinar ficará sujeito à apuração de sua responsabilidade administrativa pela autoridade judicial competente.

8) Sobre os serviços e instituições públicas, não se pode afirmar:

- a) A União Federal pode explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- b) A permissão de serviço público é considerada ato unilateral e precário, enquanto a concessão de serviço público é considerada ato bilateral e contratual, devendo a atribuição de ambos a particulares ser precedida de licitação;
- c) As universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia compõem a Administração Federal Direta.
- d) No acesso a instituições federais de ensino superior, é legalmente assegurada reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, desde que tenham estudado integralmente o ensino médio em escola pública;
- e) As agências reguladoras são autarquias de regime especial, possuindo uma maior autonomia em relação à Administração Federal Direta, a exemplo da garantia de mandato fixo de seus dirigentes.

9) Sobre a desapropriação, é possível afirmar:

- a) A desapropriação é uma exceção ao direito de propriedade;
- b) Não é possível haver a desapropriação, por utilidade pública, da propriedade rural produtiva;
- c) A desapropriação, por utilidade pública ou interesse social, sempre deve dar-se mediante justa e prévia indenização em dinheiro;

- d) A desapropriação por utilidade pública deverá ser precedida da edição de uma lei declarando o interesse do Poder Público no imóvel.
- e) A desapropriação para fins de reforma agrária é uma modalidade de desapropriação por interesse social;

10) Sobre licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa errada:

- a) Dispensa e inexigibilidade de licitação são exceções à regra geral de que a aquisição de compras e serviços pela Administração Pública deverá ser precedida de licitação;
- b) O Pregão constitui um procedimento licitatório específico para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo preferencialmente utilizado na modalidade eletrônica;
- c) Um contrato administrativo de serviço continuado pode ser prorrogado por até 60 meses, independente de concordância do particular;
- d) Um contrato administrativo de serviço pode ter acrescidas as quantidades originariamente contratadas em até 25%, independente de concordância do particular;
- e) O contrato administrativo pode ser diferenciado dos contratos civis, dentre outras coisas, pela existência das chamadas “cláusulas exorbitantes”.

2 pontos

- 11) Escolha um princípio da Administração Pública e disserte sobre sua aplicabilidade concreta à atuação administrativa. Limite -> 15 linhas

Espelho: descrição correta do princípio (até 40%), observância às regras gramaticais (até 30%) e correlação com uma atividade concreta (até 30%).

Mensuração de cada item do espelho

Péssimo: 0%; ruim: 20%; regular: 40%; bom: 70%; ótimo: 100%.